

A MULHER ENQUANTO FOMENTADORA DO PROCESSO PRODUTIVO NA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO EM CONSTRUÇÃO

Edyane Silva de Lima*

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2000)¹, cerca de 85% das propriedades rurais do país dedica-se à chamada agricultura familiar. Mais da metade destas propriedades emprega exclusivamente membros da família, que nada recebem pelo trabalho que realizam, e dentre estes está a figura feminina que compõe a força de trabalho neste espaço. Diante de tal dado, observa-se que a desigualdade de gênero no campo é mais acentuada que no âmbito urbano, pois neste último o que há é uma disparidade de salários, já a mulher rural, que também desempenha as mesmas atividades que os homens, muitas vezes não tem nenhum tipo de remuneração.

No entanto, as mulheres dificilmente se posicionam como profissionais “agricultoras”, que têm o direito a se capacitar para o exercício da sua profissão. Mas isto não ocorre apenas na agricultura familiar, trata-se de um problema que atinge quase todas as mulheres rurais, de acordo com Viezzer,² desta maneira, é neste âmbito da questão de gênero no campo que se pauta a pesquisa em processo de execução, sendo esta uma pesquisa bibliográfica, tendo como pontos essenciais para o andamento da mesma, a compreensão sobre a visibilidade da contribuição econômica das mulheres no contexto familiar e social, e ainda, a verificação no que tange às condições de subalternidade das mulheres rurais nas relações de poder dos laços familiares e na participação do processo produtivo enquanto trabalho auxiliar, uma vez que, no contexto local e regional há uma subordinação da mulher ao homem em relação ao trabalho feminino desenvolvido na agricultura familiar.

Nos primórdios da divisão social do trabalho, tanto a mulher livre quanto a mulher escrava tinham reservado para seu trabalho a esfera doméstica, eram responsáveis pela manutenção da subsistência e reprodução, cuidando da higiene, da alimentação, cuidados com os filhos entre outras atividades tidas como de cunho feminino.

De acordo com Marx e Engels,³ a primeira divisão do trabalho ocorre entre o homem e a mulher, sendo que, o primeiro antagonismo de classes ocorre entre eles, ademais, a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. No capitalismo há a divisão sexual do trabalho, o acesso das mulheres a algumas funções antes tidas como prioritárias dos homens se faz presente, embora prevaleça na família da sociedade burguesa, o homem como sendo o burguês e mulher o proletário, isto é, no sentido de subalternização de um em relação ao outro.

O predomínio do homem sobre a mulher na família moderna se manifesta, “nas relações sociais de gênero, ocorre sempre a subordinação do gênero feminino ao masculino, qualquer que seja a classe considerada...”⁴

A partir da década de 1960, os estudos sobre a mulher se ampliaram significativamente no Brasil. Sendo que, no contexto da década de 1980 faz-se necessário perceber a questão da mulher sob o ponto de vista das relações de

gênero, ou seja, enovelada pelas relações sociais entre homens e mulheres, as quais são determinadas pelo contexto social, político e econômico. Gênero não implica afirmar que todas as mulheres são iguais, mas que as mulheres compartilham obstáculos, força e experiências que as unem como um grupo, conferindo a elas interesses e necessidades comuns.

Reportando-nos ao contexto da agricultura familiar, nota-se que há uma divisão sexual do trabalho, que pressupõe além da diferenciação das tarefas entre homens e mulheres, uma subalternidade de gênero, pois a construção de identidade de gênero relacionam fortemente o trabalho e a agricultura com o masculino, o que faz com que em muitas situações, as próprias mulheres tenham dificuldades de se perceberem enquanto trabalhadoras, apesar da sua inserção nas atividades agrícolas.

Na verdade, relações desiguais começam a ser construídas no próprio ambiente familiar como também nas estruturas sociais. Os homens são ensinados a mandar e as mulheres a obedecer, e isto provoca uma distribuição desigual de poder, gerando a submissão feminina. A mulher é criada para ser meiga e cuidar dos outros, e o homem para ser “chefe da família”, mesmo após diversas conquistas e transformações históricas em relação ao papel da mulher na sociedade.

A partir de 1940, as trabalhadoras rurais começaram a aparecer nas estatísticas, mas como “mulher do produtor”, sem identidade própria, não sendo considerada a árdua tarefa dos trabalhos da terra que as mulheres também realizam.

O desenvolvimento e a modernização da agricultura, que marcam o período de 1950 e 1960, faz com que haja um processo de seleção, fazendo com que nem todos produtores incorporem mecanismos para produção. Nesse sentido, coube ao pequeno produtor (que não tem o mesmo acesso aos novos mecanismos, instrumentos e técnicas que o grande produtor) produzir com base na força de trabalho da família. Assim, a força de trabalho feminina que já desempenhava funções no campo, começa “efetivamente” a ser chamada para subsidiar no processo produtivo. Todavia, ainda prevalece como sendo auxiliar, instrumento do homem e não considerada enquanto fomentadora do processo produtivo na agricultura familiar.

Na verdade, a separação de papéis existentes na agricultura familiar está associada a um ideal de complementaridade entre as atividades a que se dedicam homens e mulheres, visando a reprodução desse tipo de agricultura segundo Siliprandi,⁵ ocorre que há uma certa invisibilidade da mulher, pois durante muito tempo perduraram políticas públicas, principalmente as de crédito voltadas ao homem.

Porém, muitas vezes a mulher do campo não percebe o fator da não remuneração pela atividade por ela exercida como uma desigualdade de gênero, e ainda, muitas não se reconhecem enquanto parte integrante do processo produtivo, entretanto, para tal problemática, deve se considerar uma questão maior, isto é, a questão cultural, a qual está fortemente arraigada em muitas pessoas, aqui no caso, em muitas mulheres rurais, a noção do trabalho enquanto auxiliar mesmo, como sendo complemento da remuneração familiar, com interesse voltado para a prole. Mas, há que se evidenciar, sobretudo, que trabalho não é somente aquele exercido em troca de uma remuneração.

Tomemos como parâmetro, a definição de Marx,⁶ o qual expõe que trabalho é tudo aquilo que o homem através de esforço físico e/ou psíquico transforma a matéria-prima em um novo objeto e não, aquele que não se transforma em um novo objeto pago, que tenha um retorno financeiro, embora seja este o conceito incorporado na consciência de significativa parcela da sociedade no modo de produção vigente.

Dessa forma, observa-se que as desigualdades de gênero no campo persistem, mesmo após várias conquistas, pois, significativas parcelas das trabalhadoras rurais ainda não são consideradas trabalhadoras familiares, não têm remuneração própria, benefícios sociais e proteção legal ao trabalho, porém não são somente estas problemáticas levantadas em leituras iniciais, como também, a percepção de que, a mulher mais do que sujeito participante de instâncias deliberativas, do processo produtivo, dos laços familiares, ela tem como necessidade maior ser reconhecida como sujeito e agente tanto político como econômico destas relações.

Notas:

* Acadêmica do 3º ano do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

¹ Fonte: www.mda.gov.br. Acesso em: 18/03/2005.

² VIEZZER, M. L. *Mudando o mundo com as mulheres da terra*: capacitação de líderes trabalhadoras rurais e extrativistas. São Paulo: Rede Mulher Educação, 2000.

³ ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984. 237p. (Coleção Bases).

⁴ VIEZZER, M. L. *O problema não está na mulher*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 109.

⁵ SILIPRANDI, E. *Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento*: considerações a partir da extensão rural. Disponível em: www.nead.gov.br. Acessado em: 18/03/2005.

⁶ Ver: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo Três, Edição Progresso. Moscovo. Editora Alfa, 1985.